



RELATÓRIO FINAL

(art. 148º do CCP)

Acesso ao Estádio

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, reuniu o júri do procedimento abaixo indicado para elaborar o relatório final, nos termos do artigo 148 do CCP.

Ao abrigo da audiência prévia prevista no artigo 147º do CCP, o concorrente nº 1 – Construções Carlos Pinho, Lda, exerceu o seu direito apresentando os seus fundamentos, propondo a exclusão dos concorrentes nº 5 – Civibérica – Obras Civis, S.A. e nº 10 – Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte S.A..

Neste sentido e de uma forma genérica:

- a) alega para ambos os concorrentes que os esclarecimentos justificativos de apresentação do preço anormalmente baixo das suas propostas, são insuficientes, e ainda por as mesmas apresentarem preços unitários abaixo do preço de custo.
- b) relativamente ao concorrente nº 5 – Civibérica – Obras Civis, S.A. refere o facto de o mesmo *“...não apresentar documentação relativa ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho e documentação relativa ao sistema de prevenção e gestão de resíduos em vigor nos termos do artigo 9º do PC.”*
- c) Alega também que o concorrente nº 10 – Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte S.A., deverá ser excluído por *“...não assinar os documentos individualizados mediante assinatura eletrónica qualificada, o que viola o disposto no artigo 24º da portaria 701-G/2008 de 29 de julho.”*, designadamente o ficheiro em formato MS Excell “acingov - lista artigo 1 para enviar erros e omissões.

Ponderadas devidamente estas observações do concorrente nº 1 – Construções Carlos Pinho,Lda, o júri considera, respetivamente às alíneas anteriores, que:

a) De acordo com o artigo 71º do CCP, atualmente é permitida a execução dos trabalhos com um preço anormalmente baixo, desde que devidamente justificado e aceite essa justificação.

No que concerne ao preço anormalmente baixo das propostas, no âmbito da reapreciação global feita dos argumentos justificativos apresentados juntamente com os documentos da proposta, o júri considera suficientes os esclarecimentos justificativos de apresentação de preços anormalmente baixos.

Neste procedimento, e tendo em conta os valores das propostas concorrentes, o preço médio é de 249.284,00€, equivalente a menos de 16% do valor base considerado que foi 298.113,00€.

Tendo em conta que o preço razoável, normal e equilibrado de um procedimento concursal corresponderá à média dos preços propostos por todos os concorrentes, verifica-se neste caso concreto, um desvio significativo, para mais, entre este e o preço base.

Quer isto dizer, que esta relação entre o preço anormalmente baixo e o preço base pode conduzir à situação em que o preço das propostas dos concorrentes nº5 - Civibérica – Obras Civas, S.A. e o nº 10 – Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte S.A. será anormalmente baixo em função do procedimento concursal, mas não o será em função das regras do mercado, uma vez que os concorrentes, ao elaborarem as suas propostas, pretendem que lhes seja

adjudicado o contrato e obterem algum lucro. Em síntese, dentro deste contexto e perante as justificações apresentadas por estes dois concorrentes, o júri, sustentando os critérios de análise, prosseguiu o interesse público, visando a salvaguarda da livre concorrência e da imparcialidade, ponderando a análise dos documentos e esclarecimentos de sustentação de todas as propostas, decidiu por unanimidade não dar provimento à reclamação apresentada e manter a admissão das propostas de baixo preço dos concorrentes nº 5 – Civibérica – Obras Civas, S.A. e nº 10 – Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte S.A..

b) O júri não atende ao solicitado uma vez que considera válidos e suficientes os documentos apresentados pelo concorrente nº 5 – Civibérica – Obras Civas, S.A. no que se refere aquele item.

c) O júri considera que o documento em causa não faz parte dos documentos exigidos para apresentação com a proposta, tendo por isso considerado o mesmo irrelevante e inócuo, pelo que, não dá anuência ao solicitado na reclamação.

2 – Nos termos do nº1 do 148 do Código dos Contratos Públicos, o Júri deliberou manter o teor e as conclusões do anterior relatório.

3 – De acordo com o nº 3 do artigo 148º do CCP, o Júri submete ao órgão competente, a lista de concorrentes ordenada, e propõe que a empreitada “Acesso ao Estádio” seja adjudicado ao concorrente posicionado em 1º lugar, Civibérica – Obras Civas, S.A., pelo valor de 232.400,00€, acrescido do IVA à taxa em vigor.

Ordenação propostas	N.º Proposta	Designação candidatos	Preço Proposta
1º	5	CIVIBÉRICA - OBRAS CIVIS, S.A.	232 400,00€
2º	10	FLOPONOR – FLORESTAS E O. PUBLICAS DO NORTE	237 990,40 €
3º	1	CONSTRUÇÕES CARLOS PINHO , L.da	238 490,41 €
4º	4	IRMÃOS ALMEIDA CABRAL, L.da.	238 490,41 €
5º	6	EMBEIRAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	238 490,41 €
6º	12	CAPSFIL- CARLOS AUGUSTO PINTO S. & FILHOS	270 000,00 €
7º	9	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, L.da	274 200,00 €
8º	11	PAVIAZEMÉIS – PAVIMENTAÇÕES DE AZEMÉIS, L.da	292 769,10 €

O Júri:



Fátima Carla Dias Antunes



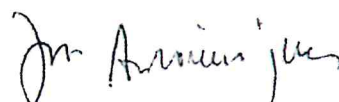
António José Ferreira da Silva



Maria João Frutuoso Fernandes

Concordo com o relatório, adjudique-se à empresa mencionada.

Tondela, 30 de novembro de 2015
O Presidente da Câmara Municipal



José António Gomes de Jesus, Dr.